

COMISSÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PL Nº 2.614/2024

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024

EMENDA Nº / 2025

Aprova o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio.

Art. 1º Os §§ 3º e 4º do art. 11 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.614/2024 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.
.....
.....

§ 3º O aprimoramento dos instrumentos de avaliação e a consequente alteração de indicadores deverão ser acompanhados de metodologia que vise à compatibilização das séries históricas, não constituindo a eventual impossibilidade de compatibilização plena um impedimento para as referidas modificações.” (NR)

“§ 4º O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) deverá definir e publicar, de forma tempestiva e transparente, os indicadores, matrizes de referência, metodologias de coleta e processamento de dados, bem como a memória de cálculo das metas e objetivos que venham a ser aperfeiçoados ou criados no decorrer do decênio de vigência deste PNE, garantindo a plena rastreabilidade técnica e a comparabilidade possível com as séries históricas existentes.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade reforçar a transparência, a rastreabilidade técnica e a coerência histórica das informações educacionais produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ao exigir a publicação tempestiva e detalhada das metodologias, matrizes de referência, indicadores e memórias de cálculo, a proposta assegura que os processos de aperfeiçoamento técnico e de inovação dos instrumentos de avaliação mantenham a consistência necessária para o acompanhamento das metas e objetivos do Plano Nacional de Educação.



A previsão de metodologia para compatibilização das séries históricas evita rupturas analíticas e garante que as eventuais mudanças em indicadores não comprometam a comparabilidade dos resultados, assegurando que a evolução estatística reflita de modo fidedigno o progresso educacional do país.

A redação também reconhece que o aprimoramento metodológico é um requisito natural do avanço técnico e científico, estabelecendo que a impossibilidade de compatibilização plena não deve servir como obstáculo à melhoria dos instrumentos de avaliação. Dessa forma, a proposta equilibra flexibilidade técnica e rigor científico, promovendo a modernização contínua dos indicadores educacionais sem prejuízo da transparência, da rastreabilidade e da confiança pública nas estatísticas oficiais.

Sala da Comissão, de de 2025.

Diego Garcia

Deputado Federal – Republicanos/PR

